



Direito Constitucional e Processo Legislativo para Câmara dos Deputados - 2026
<https://www.tecconcursos.com.br/s/Q5oJff>

Ordenação: Por Matéria e Assunto

www.tecconcursos.com.br/questoes/1896376

CEBRASPE (CESPE) - ATCG (MJSP)/MJSP/Técnico Especializado em Formação e Capacitação/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1801) A segurança pública é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. No que se refere a esse assunto, julgue o item que se segue.

À Polícia Federal incumbem o policiamento de fronteiras e o controle de pessoas que tentam entrar no território brasileiro pelas vias aérea e marítima, cabendo à Polícia Rodoviária Federal tal atribuição em relação às fronteiras terrestres.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1896476

CEBRASPE (CESPE) - ATCG (MJSP)/MJSP/Técnico Especializado em Gestão de Ativos e Parcerias/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1802) Acerca de segurança pública, julgue o item seguinte.

A remuneração dos servidores que integram a segurança pública deve ser fixada exclusivamente por subsídio estabelecido em parcela única.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1896477

CEBRASPE (CESPE) - ATCG (MJSP)/MJSP/Técnico Especializado em Gestão de Ativos e Parcerias/2021

Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1803) Acerca de segurança pública, julgue o item seguinte.

Compete à polícia penal fazer o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2591330

CEBRASPE (CESPE) - AFM (Pref Fortaleza)/Pref Fortaleza/Direito/2023

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 1.079/1950 - Crimes de Responsabilidade e o Respetivo Processo de Julgamento

1804) Com base na legislação pertinente aos crimes de responsabilidade fiscal, julgue o item abaixo.

Não constitui crime de responsabilidade fiscal ordenar despesa não autorizada por lei.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3259079

CEBRASPE (CESPE) - TJ TRF6/TRF 6/Administrativa/Agente da Polícia Judicial/2025

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1805) A respeito de crimes contra a administração pública, crimes de abuso de autoridade, crimes resultantes de preconceitos de raça ou cor, e crimes contra o patrimônio, julgue o item a seguir, observando, no que couber, a jurisprudência dos tribunais superiores.

Os crimes de abuso de autoridade são de ação penal pública incondicionada, admitindo a substituição das penas privativas de liberdade por penas restritivas de direito, que poderão ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3315083

CEBRASPE (CESPE) - AA (ANM)/ANM/Direito/2025

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1806) João é servidor público efetivo da ANM e desempenha a função de fiscalização da exploração e do aproveitamento de recursos minerais. No exercício dessa função, João solicitou à empresa mineradora X o pagamento de propina, em dinheiro, para não fiscalizar as atividades minerárias da referida empresa, a qual, por sua vez, não cedeu ao assédio de João e recusou-se a efetuar o pagamento da propina solicitada. Mesmo sabendo da regularidade das atividades da empresa mineradora X, e sem que houvesse justa causa fundamentada, João decidiu, em retaliação, instaurar processo administrativo fiscalizatório, com escopo amplo e irrestrito, contra a empresa. Em razão desses fatos, a empresa formalizou denúncia à unidade setorial de correição da ANM, expondo o ocorrido. A denúncia foi devidamente acompanhada dos indícios de autoria e materialidade dos fatos.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir, à luz das Leis n.º 8.429/1992, n.º 12.813/2013 e n.º 13.869/2019 e da Portaria Normativa CGU n.º 27/2022.

Ao ter instaurado processo administrativo fiscalizatório sem justa causa fundamentada, João praticou crime de abuso de autoridade, sendo admitida, na inércia do Ministério Público, a propositura de ação penal privada subsidiária da pública pela empresa mineradora X.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3321900

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Engenharia de Minas/Correcional/2025

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1807) Acerca do crime de abuso de autoridade e das definições constantes da Lei n.º 13.869/2019, julgue o item subsequente.

Um dos efeitos da condenação pelo crime de abuso de autoridade é a perda do cargo público. Porém, esse efeito somente ocorrerá no caso de reincidência em crimes dessa mesma natureza.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3321901

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Engenharia de Minas/Correcional/2025

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1808) Acerca do crime de abuso de autoridade e das definições constantes da Lei n.º 13.869/2019, julgue o item subsequente.

Ainda que o agente público seja condenado criminalmente por um crime de abuso de autoridade, ele poderá, também, ser responsabilizado civil e administrativamente pela mesma conduta.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3321902

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Engenharia de Minas/Correcional/2025

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1809) Acerca do crime de abuso de autoridade e das definições constantes da Lei n.º 13.869/2019, julgue o item subsequente.

Para a caracterização do crime de abuso de autoridade, é preciso que o agente esteja no exercício de suas funções públicas.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3321905

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Engenharia de Minas/Correcional/2025

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1810) Acerca do crime de abuso de autoridade e das definições constantes da Lei n.º 13.869/2019, julgue o item subsequente.

O crime de abuso de autoridade é passível de cometimento por particular que venha a exercer função pública, transitoriamente e sem remuneração.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3349826

CEBRASPE (CESPE) - TJ TRT10/TRT 10/Administrativa/Agente da Policia Judicial/2025

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1811) Com base nas Leis n.º 9.099/1995, n.º 13.869/2019, n.º 7.716/1989 e n.º 10.741/2003, julgue o item a seguir, relativo a crimes resultantes de raça ou cor, a crimes de menor potencial ofensivo, ao abuso de autoridade e aos direitos da pessoa idosa.

Considere que um servidor público tenha sido condenado a pena privativa de liberdade por ter cometido crime de abuso de autoridade. Nesse caso, é vedada a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3349827

CEBRASPE (CESPE) - TJ TRT10/TRT 10/Administrativa/Agente da Policia Judicial/2025

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1812) Com base nas Leis n.º 9.099/1995, n.º 13.869/2019, n.º 7.716/1989 e n.º 10.741/2003, julgue o item a seguir, relativo a crimes resultantes de raça ou cor, a crimes de menor potencial ofensivo, ao abuso de autoridade e aos direitos da pessoa idosa.

Dar início à perseguição administrativa sem justa causa fundamentada é crime previsto na Lei de Abuso de Autoridade, sendo seu julgamento de competência de juizado especial, uma vez que se trata de crime de menor potencial ofensivo.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3447934

CEBRASPE (CESPE) - AJ (STM)/STM/Judiciária/"Sem Especialidade"/2025

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1813) A respeito dos crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019) e na Lei Antidrogas (Lei nº 11.343/2006), considerando a jurisprudência correlata dos tribunais superiores, julgue o item a seguir.

Constitui crime de abuso de autoridade o ato de um agente público responsável por investigações antecipar, por mero capricho ou satisfação pessoal, via rede social, atribuição de culpa à pessoa investigada, antes de concluídas as apurações e formalizada a acusação.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3545818

CEBRASPE (CESPE) - DPF/PF/2025

Direito Penal - Dos Crimes contra a Inviolabilidade de Domicílio (art. 150 do CP)

1814) A respeito de crimes contra a pessoa, julgue o próximo item, conforme a legislação de regência, a doutrina e a jurisprudência dos tribunais superiores.

Caracteriza o crime de violação de domicílio qualificada a ação de um policial, consciente e voluntariamente, conhecendo a ilegalidade de sua conduta, ingressar em casa alheia às 4 horas da madrugada, em cumprimento a mandado de busca e apreensão.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3626416

CEBRASPE (CESPE) - Proc Jur (Andradina)/Pref Andradina/2025

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1815) Durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão no domicílio de um servidor público municipal investigado por supostos desvios de recursos públicos, policiais civis ingressaram no imóvel às 4 h 30 min da manhã. Durante a diligência, um dos agentes, sem se identificar, constrangeu a filha do investigado, a qual era menor de idade, a exibir o aparelho celular dela desbloqueado, sob ameaça de prisão, sem ter apresentado mandado judicial para esse fim. Após a diligência, um dos agentes divulgou, em redes sociais na Internet, vídeos e fotos do interior da casa e da família do investigado, com comentários em que atribuía culpa ao suspeito.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item seguinte, de acordo com a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre abuso de autoridade.

Na situação, o ingresso no domicílio do investigado, por não ter ocorrido em horário compreendido entre 21 h de um dia e 5 h do dia seguinte, sem fundado motivo e sem autorização judicial específica para tanto, caracteriza crime de abuso de autoridade, apesar do mandado de busca e apreensão.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3626420

CEBRASPE (CESPE) - Proc Jur (Andradina)/Pref Andradina/2025

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1816) Durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão no domicílio de um servidor público municipal investigado por supostos desvios de recursos públicos, policiais civis ingressaram no imóvel às 4 h 30 min da manhã. Durante a diligência, um dos agentes, sem se identificar, constrangeu a filha do investigado, a qual era menor de idade, a exibir o aparelho celular dela desbloqueado, sob ameaça de prisão, sem ter apresentado mandado judicial para esse fim. Após a diligência, um dos agentes divulgou, em redes sociais na Internet, vídeos e fotos do interior da casa e da família do investigado, com comentários em que atribuía culpa ao suspeito.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item seguinte, de acordo com a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre abuso de autoridade.

A conduta do agente de ter submetido a filha do investigado, nas circunstâncias narradas, à exibição forçada de dados privados do aparelho celular configura obtenção manifestamente ilícita de prova e enseja a responsabilização do agente por abuso de autoridade.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3626423

CEBRASPE (CESPE) - Proc Jur (Andradina)/Pref Andradina/2025

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1817) Durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão no domicílio de um servidor público municipal investigado por supostos desvios de recursos públicos, policiais civis ingressaram no imóvel às 4 h 30 min da manhã. Durante a diligência, um dos agentes, sem se identificar, constrangeu a filha do investigado, a qual era menor de idade, a exibir o aparelho celular dela desbloqueado, sob ameaça de prisão, sem ter apresentado mandado judicial para esse fim. Após a diligência, um dos agentes divulgou, em redes sociais na Internet, vídeos e fotos do interior da casa e da família do investigado, com comentários em que atribuía culpa ao suspeito.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item seguinte, de acordo com a Lei n.º 13.869/2019, que dispõe sobre abuso de autoridade.

A referida publicação de comentários na Internet que atribuem culpa ao investigado antes da acusação formal configura mera infração administrativa, contudo a divulgação das imagens obtidas durante a diligência investigativa caracteriza crime de abuso de autoridade.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2972487

CEBRASPE (CESPE) - CGM (Cach Itapemirim)/Pref Cach Itapemirim/2024

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1818) Com base nas Leis n.º 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), n.º 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos), n.º 9.455/1997 (Lei de Tortura) e n.º 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), julgue o item a seguir.

Se um agente público, no exercício de sua função, responder criminalmente por suposto abuso de autoridade, e a sentença penal reconhecer que o ato foi praticado em estado de necessidade, a decisão não fará coisa julgada no âmbito cível e tampouco no administrativo-disciplinar, considerada a independência das instâncias.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2995332

CEBRASPE (CESPE) - AJ CNJ/CNJ/Judiciária/2024

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1819) Com base na Lei n.º 13.869/2019, que dispõe sobre o abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

A citada lei prevê como penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade a limitação de fim de semana, a prestação de serviços à comunidade e a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 mês a 12 meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2995334

CEBRASPE (CESPE) - AJ CNJ/CNJ/Judiciária/2024

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1820) Com base na Lei n.º 13.869/2019, que dispõe sobre o abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

O condenado por crime de abuso de autoridade será obrigado a indenizar o dano causado, devendo o juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor mínimo da indenização.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3186691

CEBRASPE (CESPE) - AJ STJ/STJ/Administrativa/Inspetor da Policia Judicial/2024

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1821) Com base na Lei n.º 9.099/1995 a respeito dos juizados especiais cíveis e criminais, na Lei de Abuso de Autoridade (Lei n.º 13.869/2019) e na Lei n.º 7.716/1989, que dispõe sobre os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, julgue os itens a seguir.

A aplicação das penas previstas na Lei de Abuso de Autoridade requer a imposição das sanções de natureza civil ou administrativa cabíveis.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3186692

CEBRASPE (CESPE) - AJ STJ/STJ/Administrativa/Inspetor da Policia Judicial/2024

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1822) Com base na Lei n.º 9.099/1995 a respeito dos juizados especiais cíveis e criminais, na Lei de Abuso de Autoridade (Lei n.º 13.869/2019) e na Lei n.º 7.716/1989, que dispõe sobre os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, julgue os itens a seguir.

As penas estabelecidas na Lei de Abuso de Autoridade circunscrevem-se a reclusão e multa.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3186693

CEBRASPE (CESPE) - AJ STJ/STJ/Administrativa/Inspetor da Policia Judicial/2024

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1823) Com base na Lei n.º 9.099/1995 a respeito dos juizados especiais cíveis e criminais, na Lei de Abuso de Autoridade (Lei n.º 13.869/2019) e na Lei n.º 7.716/1989, que dispõe sobre os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, julgue os itens a seguir.

Membros de conselhos de contas podem figurar como sujeitos ativos de crimes de abuso de autoridade.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3198997

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MPTC DF)/TC DF/2024

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1824) Julgue os itens que se seguem com base no disposto no Código Penal e nas Leis n.º 12.850/2013, n.º 13.869/2019 e n.º 9.613/1998 e respectivas alterações.

À falta de qualquer indício da prática de infração, a requisição de procedimento investigatório de delito administrativo em desfavor de alguém é crime de abuso de autoridade, ainda que tal requisição seja realizada por meio de sindicância devidamente justificada.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3206541

CEBRASPE (CESPE) - AJ TSE/TSE/Judiciária/2024

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1825) A respeito da punibilidade e das suas causas de extinção, da prescrição, dos crimes contra a administração pública e do abuso de autoridade, julgue o próximo item, considerando o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores.

Entre os efeitos da condenação por crime de abuso de autoridade encontra-se a perda da função pública, que está condicionada à reincidência em crime da mesma natureza e deve ser expressa fundamentadamente na sentença.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3206712

CEBRASPE (CESPE) - TJ TSE/TSE/Administrativa/Agente da Polícia Judicial/2024

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1826) Com base nas Leis n.º 9.099/1995 (juizados especiais cíveis), n.º 13.869/2019 (abuso de autoridade), n.º 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa) e n.º 10.098/2000 (pessoas com deficiência), julgue o item que se segue.

Os integrantes de sociedade de economia mista e de empresa pública não estão sujeitos à tipificação penal prevista na lei que define os crimes de abuso de autoridade.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3206713

CEBRASPE (CESPE) - TJ TSE/TSE/Administrativa/Agente da Polícia Judicial/2024

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1827) Com base nas Leis n.º 9.099/1995 (juizados especiais cíveis), n.º 13.869/2019 (abuso de autoridade), n.º 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa) e n.º 10.098/2000 (pessoas com deficiência), julgue o item que se segue.

Se um agente público cometer crime de abuso de autoridade, é vedada a substituição de eventual pena privativa de liberdade por pena restritiva de direito.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2305018

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MP TCERJ)/TCE RJ/2023

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1828) A partir das disposições da Lei n.º 13.869/2019, acerca do abuso de autoridade, e da Parte Geral do Código Penal, julgue o item a seguir.

São efeitos possíveis, mas não automáticos, da condenação por abuso de autoridade, no caso de reincidência, a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública pelo período de um a cinco anos e a perda do cargo, do mandato ou da função pública.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2424361

CEBRASPE (CESPE) - Tec (CNMP)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Segurança Institucional/2023

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1829) Julgue o item a seguir conforme a Lei n.º 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade).

É possível submeter o preso a interrogatório policial durante o período de repouso noturno, sem que isso configure crime de abuso de autoridade.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Tec (CNMP)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Segurança Institucional/2023

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1830) Julgue o item a seguir conforme a Lei n.º 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade).

Os crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade não podem ser imputados a nenhum membro do CNMP, pois estes possuem estatuto próprio, aplicando-se, portanto, o princípio da especialidade.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AAmb (IBAMA)/IBAMA/Recuperação Ambiental, Monitoramento e Uso Sustentável da Biodiversidade, Controle e Fiscalização/2022

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1831) De acordo com a Lei n.º 13.869/2019, que se refere ao crime de abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

É atípica a conduta descrita em lei como abuso de autoridade quando praticada por mero capricho ou satisfação pessoal do agente, sendo exigida a finalidade específica de prejudicar ou beneficiar outrem.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AAmb (IBAMA)/IBAMA/Recuperação Ambiental, Monitoramento e Uso Sustentável da Biodiversidade, Controle e Fiscalização/2022

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1832) De acordo com a Lei n.º 13.869/2019, que se refere ao crime de abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

A perda e a inabilitação do agente para o exercício de cargo, mandato ou função pública são efeitos automáticos da condenação por crime de abuso de autoridade.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AAmb (IBAMA)/IBAMA/Recuperação Ambiental, Monitoramento e Uso Sustentável da Biodiversidade, Controle e Fiscalização/2022

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1833) De acordo com a Lei n.º 13.869/2019, que se refere ao crime de abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

As responsabilidades civil e administrativa são independentes da criminal, todavia não se pode questionar sobre a existência ou a autoria do fato quando já decididas por sentença penal definitiva.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AAmb (IBAMA)/IBAMA/Recuperação Ambiental, Monitoramento e Uso Sustentável da Biodiversidade, Controle e Fiscalização/2022

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1834) De acordo com a Lei n.º 13.869/2019, que se refere ao crime de abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

O agente responsável pelas investigações que antecipa, por meio de rede social, atribuição de culpa, antes de concluir a apuração e formalizar a acusação, terá cometido crime de ação penal pública punido com detenção.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AAmb (IBAMA)/IBAMA/Recuperação Ambiental, Monitoramento e Uso Sustentável da Biodiversidade, Controle e Fiscalização/2022

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1835) De acordo com a Lei n.º 13.869/2019, que se refere ao crime de abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

É lícita a conduta de agente público negar a interessado acesso aos autos de procedimento investigatório de infração penal, civil ou administrativa antes de sua conclusão definitiva.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MP TCE-SC)/TCE SC/2022

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1836) Com base na Lei n.º 13.869/2019, julgue o item a seguir, a respeito dos crimes de abuso de autoridade.

As responsabilidades civil e administrativa são independentes da criminal, não se podendo questionar sobre a existência ou a autoria do fato quando essas questões já tenham sido decididas no juízo criminal. Contudo, faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhece ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MP TCE-SC)/TCE SC/2022

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1837) Com base na Lei n.º 13.869/2019, julgue o item a seguir, a respeito dos crimes de abuso de autoridade.

Caso seja reconhecida a reincidência em crime de abuso de autoridade, a perda do cargo público é efeito automático da sentença condenatória.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AGE (SEE PE)/SEE PE/Direito/2022

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1838) Com base na Lei n.º 13.869/2019, que trata dos crimes de abuso de autoridade, e nas disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal, julgue o item a seguir.

Um servidor público determinou a instauração de procedimento fiscalizatório com base no teor de uma correspondência fechada, pertencente ao fiscalizado, cujo conteúdo foi indevidamente devassado por terceiro, e esse fato era previamente conhecido pelo servidor. Nesse caso, o servidor público praticou, em tese, um dos crimes de abuso de autoridade.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - AGE (SEE PE)/SEE PE/Direito/2022

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1839) Com base na Lei n.º 13.869/2019, que trata dos crimes de abuso de autoridade, e nas disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal, julgue o item a seguir.

A Lei de Abuso de Autoridade define, de forma expressa, o conceito de "dia", previsto na CF em referência ao direito fundamental à inviolabilidade do domicílio, e, assim, permite o cumprimento do mandado judicial de busca e apreensão domiciliar no período compreendido entre 5h00 e 21h00 de um mesmo dia, sem que haja a configuração de crime.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - Ass Jur (CODEVASF)/CODEVASF/2021

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1840) Com relação ao direito penal, julgue o item a seguir.

Cometerá crime previsto na Lei n.º 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade) o funcionário público que iniciar perseguição administrativa sem justa causa fundamentada.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - PRF/PRF/2021

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1841) A respeito da identificação criminal, do crime de tortura, do abuso de direito, da prevenção do uso indevido de drogas, da comercialização de armas de fogo e dos crimes hediondos, julgue o item que se segue.

Qualquer agente público, ainda que não seja servidor e não perceba remuneração, pode ser sujeito ativo do crime de abuso de autoridade.

Certo
Errado

CEBRASPE (CESPE) - DPF/PF/2021

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1842) Com relação aos crimes previstos em legislação especial, julgue o item a seguir.

A antecipação, por delegado da Polícia Federal, por meio de rede social, da atribuição de culpa, antes de concluídas as apurações e formalizada a acusação, caracteriza crime previsto na Lei de Abuso de Autoridade.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1625855

CEBRASPE (CESPE) - PPF/PF/2021

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1843) No que se refere à legislação especial, julgue o item a seguir.

Suponha que determinado policial federal tenha dado início à persecução penal contra uma pessoa, sem justa causa fundamentada, e outro policial, da mesma delegacia, tenha impedido, sem justa causa, a entrevista pessoal e reservada do preso com seu advogado. Nessas situações, os dois policiais estarão sujeitos à mesma sanção penal.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1657028

CEBRASPE (CESPE) - AgFEP (DEPEN)/SENAPPEN/2021

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1844) o item que se segue, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, acerca da legislação especial penal.

O Ministério Público perdeu o prazo para oferecer denúncia relativa a um crime de abuso de autoridade. Nessa situação, apesar de esse tipo de ação ser pública e incondicionada, admite-se a apresentação de ação penal privada subsidiária.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1698607

CEBRASPE (CESPE) - Ag Pol (PC DF)/PC DF/2021

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1845) Com base na legislação relativa a crimes de abuso de autoridade e atos de improbidade administrativa, julgue o item a seguir.

Caracteriza abuso de autoridade o cumprimento de mandado de busca e apreensão domiciliar fora do horário do expediente forense, se feito sem justa causa.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1796702

CEBRASPE (CESPE) - Ag PJ (PC SE)/PC SE/2021

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1846) Acerca dos crimes de abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

Não caracteriza abuso de autoridade a submissão de preso a interrogatório durante o período de repouso noturno em caso de flagrante delito ou se ele, devidamente assistido, consentir em prestar declarações.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1796703

CEBRASPE (CESPE) - Ag PJ (PC SE)/PC SE/2021

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1847) Acerca dos crimes de abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

A ação penal, nesse caso, será pública incondicionada, podendo a autoridade policial instaurar inquérito de ofício sem qualquer provocação.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1796704

CEBRASPE (CESPE) - Ag PJ (PC SE)/PC SE/2021

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1848) Acerca dos crimes de abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

A perda do cargo em razão de condenação por crime de abuso de autoridade é de efeito automático, procedendo-se o afastamento do servidor público a partir do recebimento da denúncia.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1837282

CEBRASPE (CESPE) - Agepen (SERIS AL)/SERIS AL/2021

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1849) Uma testemunha devidamente notificada a comparecer em audiência judicial não atendeu à notificação nem apresentou motivo justificado. A autoridade judicial determinou, então, a condução coercitiva da testemunha, mediante apoio policial.

Considerando essa situação hipotética e os termos da legislação que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

Eventual abuso cometido no cumprimento da medida alcança exclusivamente os agentes policiais, visto que a legislação de regência não prevê como sujeito ativo membros do Poder Judiciário.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1837284

CEBRASPE (CESPE) - Agepen (SERIS AL)/SERIS AL/2021

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1850) Uma testemunha devidamente notificada a comparecer em audiência judicial não atendeu à notificação nem apresentou motivo justificado. A autoridade judicial determinou, então, a condução coercitiva da testemunha, mediante apoio policial.

Considerando essa situação hipotética e os termos da legislação que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

Caracterizado o crime de abuso de autoridade, caberá ao conduzido representar criminalmente contra a autoridade que determinou a medida, cuja representação é condição de procedibilidade para eventual ação penal.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1837287

CEBRASPE (CESPE) - Agepen (SERIS AL)/SERIS AL/2021

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1851) Uma testemunha devidamente notificada a comparecer em audiência judicial não atendeu à notificação nem apresentou motivo justificado. A autoridade judicial determinou, então, a condução coercitiva da testemunha, mediante apoio policial.

Considerando essa situação hipotética e os termos da legislação que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

A conduta descrita caracteriza abuso de poder, uma vez que a restrição somente é cabível após o descumprimento de duas intimações válidas.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3317243

CEBRASPE (CESPE) - AA (ANM)/ANM/Qualquer Área de Formação/2025

Redação Oficial - Lei Complementar nº 95/1998 - Atos Normativos

1852) A respeito da disciplina alusiva à elaboração, à redação, à alteração e à consolidação de leis e atos normativos, julgue o item a seguir, de acordo com a Lei Complementar n.º 95/1998.

Na consolidação de leis federais, é vedada a renumeração dos artigos consolidados.

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3317245

CEBRASPE (CESPE) - AA (ANM)/ANM/Qualquer Área de Formação/2025

Redação Oficial - Lei Complementar nº 95/1998 - Atos Normativos

1853) A respeito da disciplina alusiva à elaboração, à redação, à alteração e à consolidação de leis e atos normativos, julgue o item a seguir, de acordo com a Lei Complementar n.º 95/1998.

As medidas provisórias vigentes e ainda não convertidas em lei não poderão ser objeto de projetos de consolidação da legislação federal

Certo
Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3317246

CEBRASPE (CESPE) - AA (ANM)/ANM/Qualquer Área de Formação/2025

Redação Oficial - Lei Complementar nº 95/1998 - Atos Normativos

1854) A respeito da disciplina alusiva à elaboração, à redação, à alteração e à consolidação de leis e atos normativos, julgue o item a seguir, de acordo com a Lei Complementar n.º 95/1998.

Dentre as três partes básicas que devem compor a estrutura de uma lei, a parte preliminar é aquela que contempla a figura do preâmbulo, no qual deve ser explicitado, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei em questão.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3317248

CEBRASPE (CESPE) - AA (ANM)/ANM/Qualquer Área de Formação/2025

Redação Oficial - Lei Complementar nº 95/1998 - Atos Normativos

1855) A respeito da disciplina alusiva à elaboração, à redação, à alteração e à consolidação de leis e atos normativos, julgue o item a seguir, de acordo com a Lei Complementar n.º 95/1998.

É vedada a disciplina de um mesmo assunto em mais de uma lei, exceto se entre a lei básica e as posteriores houver relação de complementariedade, cuja vinculação deve se dar por remissão expressa.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3317249

CEBRASPE (CESPE) - AA (ANM)/ANM/Qualquer Área de Formação/2025

Redação Oficial - Lei Complementar nº 95/1998 - Atos Normativos

1856) A respeito da disciplina alusiva à elaboração, à redação, à alteração e à consolidação de leis e atos normativos, julgue o item a seguir, de acordo com a Lei Complementar n.º 95/1998.

Na elaboração de um texto legal, os artigos compõem a unidade básica de articulação, podendo desdobrar-se em parágrafos ou em incisos, ao passo que estes últimos se dividem em itens.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3317250

CEBRASPE (CESPE) - AA (ANM)/ANM/Qualquer Área de Formação/2025

Redação Oficial - Lei Complementar nº 95/1998 - Atos Normativos

1857) A respeito da disciplina alusiva à elaboração, à redação, à alteração e à consolidação de leis e atos normativos, julgue o item a seguir, de acordo com a Lei Complementar n.º 95/1998.

Os parágrafos têm a função de complementar a norma enunciada no *caput* do artigo ou estabelecer exceções a ela.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3317252

CEBRASPE (CESPE) - AA (ANM)/ANM/Qualquer Área de Formação/2025

Redação Oficial - Lei Complementar nº 95/1998 - Atos Normativos

1858) A respeito da disciplina alusiva à elaboração, à redação, à alteração e à consolidação de leis e atos normativos, julgue o item a seguir, de acordo com a Lei Complementar n.º 95/1998.

No âmbito da alteração das leis, é vedado o aproveitamento do número de dispositivo declarado inconstitucional pelo STF, devendo a lei alterada manter a indicação do referido número seguida da expressão "declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal".

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2781883

CEBRASPE (CESPE) - Arq e Urb (CAU BR)/CAU BR/2024

Redação Oficial - Lei Complementar nº 95/1998 - Atos Normativos

1859) Acerca de redação e técnica legislativa, julgue o item subsequente.

Conforme lei complementar que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, o texto de uma lei deverá ser estruturado em quatro partes básicas: parte preliminar, parte de articulação de impedimento, parte normativa e parte final.

Certo
Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2157224

CEBRASPE (CESPE) - ACP (MP TCE-SC)/TCE SC/Direito/2022

1860)

Considerando o texto CB1A1-I, constituído de uma portaria hipotética, e as disposições do **Manual de Redação da Presidência da República** (MRPR), julgue o item seguinte.

Inexiste ementa nessa portaria porque o propósito comunicativo do documento apresentado é tratar de uma questão de pessoal.

- Certo
 - Errado
-

1801) Errado	1802) Certo	1803) Errado	1804) Errado	1805) Certo	1806) Certo	1807) Certo
1808) Certo	1809) Errado	1810) Certo	1811) Errado	1812) Errado	1813) Certo	1814) Errado
1815) Anulada	1816) Certo	1817) Errado	1818) Errado	1819) Errado	1820) Certo	1821) Errado
1822) Errado	1823) Certo	1824) Errado	1825) Certo	1826) Errado	1827) Errado	1828) Certo
1829) Certo	1830) Errado	1831) Errado	1832) Errado	1833) Certo	1834) Certo	1835) Errado
1836) Certo	1837) Errado	1838) Certo	1839) Certo	1840) Certo	1841) Certo	1842) Certo
1843) Errado	1844) Certo	1845) Errado	1846) Certo	1847) Certo	1848) Errado	1849) Errado
1850) Errado	1851) Errado	1852) Errado	1853) Certo	1854) Errado	1855) Certo	1856) Errado
1857) Certo	1858) Certo	1859) Errado	1860) Certo			